

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA**

JULIA LARISSA BORGES BARCELLA

**UM ESTUDO SOBRE AS FORMAS DE PARTICIPAÇÃO:
O PERCURSO DE FORMANDAS EM PEDAGOGIA 2018**

FLORIANÓPOLIS – SC

2018

JULIA LARISSA BORGES BARCELLA

**UM ESTUDO SOBRE AS FORMAS DE PARTICIPAÇÃO:
O PERCURSO DE FORMANDAS EM PEDAGOGIA 2018**

Trabalho de Conclusão de Curso submetido à Universidade Federal de Santa Catarina do Curso de Pedagogia do Centro de Ciências da Educação, do Departamento de Estudos Especializados em Educação – EED. Sob a orientação da Professora Dra. Ione Ribeiro Valle e coorientação da Doutoranda Silvana Rodrigues Sato.

FLORIANÓPOLIS – SC

2018

JULIA LARISSA BORGES BARCELLA

**UM ESTUDO SOBRE AS FORMAS DE PARTICIPAÇÃO:
O PERCURSO DE FORMANDAS EM PEDAGOGIA 2018**

Este Trabalho Conclusão de Curso foi julgado adequado para obtenção do Título de Licenciada em Pedagogia e aprovado em sua forma final.

Florianópolis, 18 de junho de 2018.

Professora Doutora Patrícia Laura Torriglia
Coordenadora do Curso

Banca Examinadora:

Professora Doutora Ione Ribeiro Valle
Orientadora

Doutoranda Silvana Rodrigues de Souza Sato
Coorientadora

Professor Doutor Jéferson Silveira Dantas
Membro

Doutoranda Luiza Turnes
Membro

Doutoranda Schirlei Russi von Dentz
Membro Suplente

AGRADECIMENTOS

Chega o momento de agradecer àqueles que estiveram presentes durante a realização deste trabalho. Suas contribuições, apoio e comprometimento foram essenciais para que eu pudesse concluir esta jornada.

Minha profunda gratidão à minha orientadora Professora Dra. Ione Ribeiro Valle. Suas orientações tornaram este trabalho muito maior do que eu poderia imaginar. Minha admiração durante estes quatro anos e meio de convivência se consolidou em cada troca, profícuos ensinamentos e acolhimento. Obrigada por orientar prezando a autonomia dos estudantes.

À coorientadora, Doutoranda Silvana Rodrigues de Souza Sato, que esteve ao meu lado desde minha entrada no Grupo de Pesquisa Ensino e Formação de Educadores em Santa Catarina. Devo muito de minha formação a você, que me ensinou sempre com muito carinho e verdade. Obrigada por dividir as aflições e incertezas durante a construção deste trabalho, que não teria iniciado sem nossa conversa ao final de uma manhã de estudos.

À Doutoranda Gabriela Albanás Couto, grata pelas ideias que geraram a proposta inicial deste trabalho. Sua disposição e empenho na busca pelo meu objeto de pesquisa, foram o combustível necessário para que eu continuasse.

Aos colegas Tiago Ribeiro dos Santos e Maria Alice Brito, por me auxiliarem com a tradução do resumo deste trabalho, agradeço a disposição e prestatividade.

Aos professores que compõem minha banca, Professor Dr. Jéferson Silveira Dantas, Doutorandas Luiza Turnes e Schirlei Russi von Dentz, por aceitarem contribuir com as análises realizadas, minha gratidão.

Aos colegas que dão vida ao Grupo de Pesquisa Ensino e Formação de Educadores em Santa Catarina e ao Laboratório de Pesquisas Sociológicas Pierre Bourdieu, minha admiração e agradecimento. Os momentos incontáveis de aprendizagens e parcerias me dão base para seguir na Educação. Que muitos ainda possam vir.

À minha mãe, Sandra, mulher guerreira a qual tenho profunda gratidão. Obrigada por abrir mão de tanto pela minha formação. Um dia ainda hei de retribuir.

Ao Nicolás, pelo amor, companheirismo, compreensão e parceria. Você me deu forças nos momentos mais difíceis e vibrou em cada pequena vitória durante este período. Obrigada por tudo.

E, por fim, às sete formandas do curso de Pedagogia da UFSC, do semestre 2018.1, que dispuseram de tempo para contarem suas trajetórias que deram vida a esse trabalho. Muito obrigada, meninas!

*A transgressão é indispensável para nomear o inominável,
para forçar as censuras institucionalizadas ou
interiorizadas que impedem o retorno do excluído, para
dizer na face de todos o que ninguém quer ouvir.
(VALLE, 2008, p. 100)*

UM ESTUDO SOBRE AS FORMAS DE PARTICIPAÇÃO: O PERCURSO DE FORMANDAS EM PEDAGOGIA 2018

RESUMO

Este estudo se propôs a “*investigar as participações e suas formas, a partir dos relatos de formandas do curso de licenciatura em Pedagogia da UFSC, semestre 2018.1, durante suas trajetórias no período de realização da graduação, a fim de identificar avanços e limites nas participações das novas pedagogas que estão adentrando o cenário educacional brasileiro*”. Para isto, realizou-se um estudo de abordagem qualitativa, por meio de sete entrevistas semiestruturadas com estudantes em vistas de se formarem, procurando categorizar e analisar tais participações à luz do aporte teórico mobilizado. A teoria que se fez uso, buscou elementos que conceituassem a participação, sobretudo, a Participação social e a Participação política, utilizando das contribuições de autores como Ammann (1980), Bordenave (1983), Penteado (1991), Stolz et al. (2011), dentre outros. A identificação das formas de participação nos levou a recorrer ao uso das lentes sociológicas ao estudo das trajetórias, ainda que breve, imbricadas nas escolhas dos espaços de participação enunciados pelas estudantes, revelando prenúncios das múltiplas faces das desigualdades sociais.

Palavras-chaves: Participação social; Participação política; Formandas de Pedagogia UFSC.

A STUDY ON THE FORMS OF PARTICIPATION: THE ROUTE OF STUDENTS IN 2018 PEDAGOGY

ABSTRACT

This study aimed to "investigate the participations and their forms, from the reports of students of the course of degree in Pedagogy at UFSC, semester 2018.1, during their trajectories in the period of graduation, in order to identify advances and limits in participation of the new pedagogues that are entering the Brazilian educational scene". For this, a qualitative study was carried out, through seven semi-structured interviews with students in order to graduate, seeking to categorize and analyze such participations in the light of the mobilized theoretical contribution. The theory that was used, looked for elements that conceptualized the participation, above all, Social Participation and Political Participation, using the contributions of authors such as Ammann (1980), Bordenave (1983), Penteadó (1991), Stolz et al. (2011), among others. The identification of the forms of participation led us to resort to the use of sociological lenses to the study of trajectories, albeit brief, imbricated in the choices of the spaces of participation enunciated by the students, revealing predictions of the multiple faces of social inequalities.

Keywords: Social participation; Political participation; Students of pedagogy UFSC.

UNE ETUDE SUR LES FORMES D'ENGAGEMENT: LE PARCOURS DES ETUDIANTS EN PEDAGOGIE 2018

RÉSUMÉ

Ce travail mène une enquête sur les engagements universitaires et ses diverses formes à partir de témoignages d'étudiants en pédagogie, rattachés à l'Université Fédérale de Santa Catarina (UFSC), au Brésil. Dans l'objectif d'identifier les progrès et les limites de l'engagement de ces étudiants, une perspective qualitative a été mise en oeuvre au travers de sept entretiens semi-dirigés réalisés auprès d'étudiants en formation, pour catégoriser et en analyser leurs engagements. Pour conceptualiser l'engagement, notamment social et politique, nous nous sommes appuyés sur des auteurs tels que Amman (1980) Bordenave (1983), Penteadó (1991) et Stolz et al. (2011). L'identification des formes d'engagement nous a permis de saisir brièvement les trajectoires qui, d'un point de vue sociologique, sont impliquées dans le choix des espaces d'engagement énoncés par les étudiants, et dévoilant de multiples formes d'inégalités sociales.

Mots-clés: L'engagement social; L'engagement politique; Étudiants en pédagogie UFSC.

LISTA DE FIGURA

Figura 1 – Dialética da Participação Social.....	26
--	----

LISTA DE QUADROS

Quadro 1– Graus de Participação	23
Quadro 2 – Descrição das estudantes entrevistadas	31

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ASPA - Associação dos Surdos de Palhoça

CALPe - Centro Acadêmico Livre de Pedagogia

CED - Centro de Ciências da Educação

CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico Tecnológico

GPEFESC - Grupo de Pesquisa Ensino e Formação de Educadores em Santa Catarina

LAPSB - Laboratório de Pesquisas Sociológicas Pierre Bourdieu

PIBIC - Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica

SSSJ - Sociedade de Surdos de São José

UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina

UNOESC - Universidade do Oeste de Santa Catarina

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	13
1.1 PROBLEMÁTICA	14
1.2 OBJETIVO	15
1.2.1 Objetivo Geral	15
1.2.2 Objetivos Específicos	15
1.3 METODOLOGIA.....	16
1.4 ORGANIZAÇÃO DO TEXTO	18
2. CONTEXTUALIZANDO O OBJETO DE PESQUISA	19
2.1 PARTICIPAÇÃO: INDÍCIOS PARA A COMPREENSÃO HISTÓRICA DO TEMA....	19
2.2 ELEMENTOS PARA A CONCEITUAÇÃO: COMPREENSÃO E VARIÁVEIS	21
2.2.1 Participação social	24
2.2.2 Participação política	27
2.2.3 Participação comunitária e popular	29
3. AS PARTICIPAÇÕES E SUAS FORMAS A PARTIR DOS DISCURSOS DAS FORMANDAS DO CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA 2018	30
3.1 CARACTERIZANDO A EMPIRIA	30
3.2 PRECEDENTES AO INGRESSO NA UNIVERSIDADE: AS ESTUDANTES E SUAS FAMÍLIAS	31
3.3 EXPLORANDO OS ESPAÇOS DE PARTICIPAÇÃO: A FORMANDA E SUA TRAJETÓRIA A PARTIR DO INGRESSO	33
3.4 A TRAJETÓRIA E O <i>HABITUS</i> : REFLEXÃO SOBRE AS ESCOLHAS APONTADAS PELAS ESTUDANTES	38
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	422
REFERÊNCIAS	444
APÊNDICE - ROTEIRO DAS ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADAS	477

1. INTRODUÇÃO

A educação sempre se estabeleceu dentro de um campo de disputas, sobretudo quando nos referimos à educação escolar. Ao direcionarmos nosso olhar ao contexto brasileiro, os desafios enfrentados pelo campo educacional estão diretamente ligados às desigualdades sociais, estas que, por sua vez, seguem atreladas às desigualdades de rendas. Segundo Georges (2017, p. 12), o Brasil é “um dos piores países do mundo em matéria de desigualdade de renda”, protagonizando um cenário fecundo para injustiças sociais.

A manutenção deste contexto vincula-se à democracia estabelecida e é perpetuado, sobretudo, por meio da cultura escolar. Dantas (2016) aponta a falência da democracia liberal sustentada dentro do plano eleitoral e a lacuna entre aqueles que deveriam ser representados por meio dela e seus representantes. Ampliando essa reflexão, podemos pensar na rejeição à temas de ordem política presente nos discursos de muitos brasileiros; no esquecimento dos candidatos escolhidos em período eleitoral, bem como daqueles que estão em exercício de mandato.

A oscilação entre o desinteresse e a revolta da população com o campo político brasileiro, convergem sobre o mesmo ponto, a impotência perante uma organização política que pouco se tem conhecimento. Este quadro problemático tem raízes que perpassam o acultramento escolar e seus efeitos, muitas vezes, perversos.

Segundo Bourdieu e Passeron (1970) a escola é reprodutora das desigualdades sociais, promovendo por meio da violência simbólica, atrelada à ação pedagógica, a perpetuação da cultura dominante. Nessa perspectiva,

[...] o capital cultural, isto é, a bagagem cultural apreendida externamente à escola e trazida pelos alunos, será importante instrumento que consolidará essa desigualdade em virtude do não acompanhamento adequado das informações repassadas na instituição escolar, isto é, pelo fato de o discurso da escola tornar-se alheio à realidade desses educandos (MARGOTTO, 2017, [s.p.]).

Ora, a cultura preponderante no cenário escolar, não abre prerrogativas para uma escolarização que incentive a dúvida, a curiosidade, a discussão de assuntos emergentes, muitas vezes desestimulando o pensamento crítico de seus estudantes. Dessa forma, até que ponto os estudantes detêm de uma cultura de estímulo à participação nos espaços atuais e futuros de suas vidas? As reações dos adultos de hoje quanto à participação em espaços políticos estão vinculadas a ausência de uma cultura de estímulo à participação ainda quando crianças?

Este panorama, por meio das políticas de democratização do ensino superior¹, pode ser refletido nas desigualdades de percursos daqueles que acessam a este nível de ensino. O que nos leva às futuras professoras do curso de Pedagogia da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) que adentrarão o espaço escolar do qual elas também foram alunas. Houve espaços de participação em que as mesmas estiveram/atuarão no decorrer de seus processos formativos? Se houve, estes espaços já estavam presentes antes do ingresso na Universidade? A participação em espaços variados reflete na formação profissional dessas formandas?

Os questionamentos que partem da reflexão tecida serão refinados no decorrer da problemática e dos objetivos, intencionando uma maior aproximação ao tema da participação, esta que, isoladamente, carece de um maior investimento teórico.

1.1 PROBLEMÁTICA

O envolvimento nos espaços de leituras e esforços coletivos na compreensão de saberes teóricos propiciados pelos quatro anos em que fiz² parte do Grupo de Pesquisa “Ensino e Formação de Educadores em Santa Catarina” (GPEFESC) e, mais recentemente, também do Laboratório de Pesquisas Sociológicas Pierre Bourdieu (LAPSB), me oportunizaram uma contínua apropriação de conhecimentos, especialmente no que tange às áreas sociológicas e filosóficas das humanidades.

Durante esta caminhada, aproximações a temas relevantes ao sistema educacional brasileiro foram sendo construídas a partir de uma vasta empiria³ decorrentes de entrevistas com professores aposentados do estado de Santa Catarina. Com base em temas como engajamento e competência docente, frutos da produção realizada através do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), a temática da participação e suas possibilidades de mobilização no campo social e político tornou-se centro de minhas reflexões.

¹ O apoio ao plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais Brasileiras (REUNI) a partir de 2007, a implementação das Políticas de Ações Afirmativas (PAAs) no ano de 2008 e do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) em 1998, por exemplo, são políticas dentro do plano de democratização de acesso ao ensino superior.

² A problemática parte, inicialmente, dos espaços em que a autora deste trabalho esteve durante a sua trajetória científica para o desenvolvimento das aspirações pelo tema proposto, por este motivo utilizaremos, de início, o verbo conjugado na primeira pessoa do singular.

³ Pertencente aos projetos “Memória Docente e Justiça Escolar: Os movimentos de escolarização e de profissionalização do magistério em Santa Catarina” (2012-2015) e “Educação escolar, justiça social e memória docente: as múltiplas faces das desigualdades escolares em Santa Catarina” (2015-2018), sob coordenação da professora Dra. Ione Ribeiro Valle. Ambos os projetos foram financiados pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico Tecnológico (CNPq), a partir do Programa de Bolsa de Produtividade em Pesquisa.

Consciente das incursões desta temática em áreas diversas, o que torna o estudo da mesma cauteloso quanto às possíveis categorizações, bem como seus usos, de modo que contemple as lentes interpretativas utilizadas por autores que nem sempre convergem quanto às possibilidades de utilização, nos leva à Bourdieu e sua teoria das práticas sociais onde “o pensamento científico se fundamenta em múltiplas abordagens e não mais por uma disciplina unificada e empenha-se em combinar diferentes perspectivas teóricas no campo conceptual” (VALLE, 2007, p. 124).

Bordenave (1983), ao colocar a participação como inerente ao homem, abre a possibilidade para o seguinte questionamento: quais são as necessidades de participação das formandas do curso de Pedagogia do semestre 2018.1 da UFSC? A partir desta questão, os desdobramentos decorrentes da pesquisa inicial proporcionaram alguns refinamentos que permitiram a análise das formas e categorizações das participações enunciadas pelas formandas.

Consideramos nesse questionamento as formandas, por serem elas marcadas por uma trajetória universitária iniciada no ano de 2014, e que está em vistas de ser concluída. A construção dessas trajetórias, tanto no campo universitário quanto fora dele, nos levará aos avanços e limites contidos nos movimentos de participação apontados.

Pensar as participações também é pensar em aspectos possíveis da formação dessas estudantes que adentrarão um cenário educacional brasileiro desafiador, no qual as desigualdades escolares, segundo Valle (2017), estão entrelaçadas às desigualdades sociais.

1.2 OBJETIVO

1.2.1 Objetivo Geral

Investigar as participações e suas formas, a partir dos relatos de formandas do curso de licenciatura em Pedagogia da UFSC, semestre 2018.1, durante suas trajetórias no período de realização da graduação.

1.2.2 Objetivos Específicos

- Levantar elementos para a compreensão histórica do tema;
- Investigar a temática da participação e suas diferentes inserções na grande área das Ciências Humanas;

- Analisar as participações referenciadas pelas formandas do curso de licenciatura em Pedagogia, semestre 2018.1;
- Identificar as formas de participação encontradas à luz do aporte teórico mobilizado;
- Detectar avanços e limites nas participações das novas pedagogas que estão adentrando o cenário educacional brasileiro;
- Contribuir para o estudo da temática de participação e seus desdobramentos.

1.3 METODOLOGIA

A imprecisão entre a opinião comum e o discurso científico dentro das Ciências Humanas torna a “vigilância epistemológica”⁴ imprescindível no fazer pesquisa. Bourdieu (1999, p. 51) elucida o necessário distanciamento do real, efetivado dentro de uma construção controlada e consciente do pesquisador em relação aos seus agentes empíricos, para “não impor aos sujeitos determinadas questões que não fazem parte da experiência deles”, como também não “formular-lhes, com toda a ingenuidade, as questões que ele próprio se formula a respeito deles”.

Buscando inspiração nas contribuições do autor acima citado para o campo das Ciências Humanas e, sobretudo, para a Sociologia, ao compreender o incessante esforço de objetivação do pesquisador concebido pela neutralidade moral empossada da teoria, nosso estudo, de abordagem qualitativa, procura categorizar e analisar as participações das formandas do curso de licenciatura em Pedagogia do semestre 2018.1.

A metodologia de que faremos uso consiste no estudo exploratório, a partir de entrevistas semiestruturadas⁵. Compreendida por Minayo (2010, p. 64) como uma técnica privilegiada de comunicação, as entrevistas semiestruturadas abrem ao entrevistado “a possibilidade de discorrer sobre o tema em questão sem se prender à indagação formulada”. Ainda, faremos uso da análise de conteúdo, dentro da concepção elaborada por Bardin (2011).

⁴ Bourdieu (1999) elucida para o cuidado permanente em que o cientista social deve ter na construção do objeto pesquisado, a partir de uma vigilância epistemológica. A todo o tempo o pesquisador deve exercer a ruptura com a experiência imediata e as pré-noções às quais o mundo social está embebido, separando a opinião comum do discurso científico. Cherques (2006, [s.p.]) pontua a presença da vigilância epistemológica nas “atitudes de repensar cada operação da pesquisa, mesmo a mais rotineira e óbvia, de proceder à crítica dos princípios e à análise das hipóteses para determinar a sua origem lógica”.

⁵ A tese “Afiliação institucional e intelectual de estudantes cotistas de cursos de alta demanda e seletividade social da Universidade Federal de Santa Catarina”, desenvolvida por Francini Scheid Martins, nos auxiliou na estruturação metodológica da pesquisa.

Com base na listagem oficial de formandos divulgada pela secretaria do curso de Pedagogia via Sistema de Controle Acadêmico da Graduação, obtivemos o número de 34 estudantes em vistas a se formarem no primeiro semestre de 2018. A partir deste dado, efetuamos o contato com 30% dessas estudantes, todas do sexo feminino, que poderiam discorrer de suas participações a partir de diferentes contextos. A proximidade com as formandas, estabelecida anteriormente ao presente trabalho, durante a trajetória dentro do curso de Pedagogia, possibilitou a construção de noções desses contextos. Diante deste cenário, Bourdieu (2011, p. 21) nos auxilia ao relatar “problemas epistemológicos fundamentais” que enfrentamos ao “tomar como objeto um mundo social no qual se está preso” onde:

Conhece-se o obstáculo ao conhecimento científico que tanto o excesso de proximidade quanto o excesso de distância representam e a dificuldade de instaurar esta relação de proximidade rompida e restaurada que, à custa de um longo trabalho sobre o objeto mas também sobre o sujeito da pesquisa, permite integrar tudo o que só se pode conhecer se se está lá e tudo o que não se pode ou não se quer conhecer porque não se está lá (BOURDIEU, 2011, p. 21).

O contato com cada estudante foi realizado via aplicativo *WhatsApp* e das dez convidadas inicialmente, sete delas aceitaram realizar a entrevista⁶, computando 21% de possíveis formandas. Estipulamos uma margem de 9% de prováveis formandos que podem não concluir de fato a graduação no semestre 2018.1, com base em suas ausências nos espaços destinados a organização da cerimônia de colação de grau. Portanto, considerando os 9% de prováveis não concluintes, as sete entrevistadas representam 23% do total da amostra.

Para preservar suas identidades, optamos por identificá-las a partir dos seguintes nomes fictícios: Manoela; Lara; Ana; Pamela; Raquel; Talita e Thuane. Os dados abordados nas entrevistas, como cidade, idade, nível de escolaridade familiar, foram mantidos para a construção dos diferentes contextos e obtenção de um maior conjunto de elementos que contribuam na análise das participações e de suas formas. Atentos às subjetividades do campo social, as entrevistas semiestruturadas nos aproximaram das realidades investigadas, “não como uma técnica que transpõe mecanicamente para uma situação de coleta de dados, mas como parte integrante da construção sociológica do objeto de estudo” (ZAGO et al., 2003, p. 295).

As questões que nortearam os relatos das entrevistadas e que se constituíram como suporte para a realização das análises desta pesquisa foram:

- Como as formandas vivenciaram o cotidiano da sua inserção na Universidade?

⁶ As entrevistas foram realizadas após aprovação, por meio de declaração de ciência e autorização, da coordenação do curso de licenciatura em Pedagogia da UFSC.

- Durante a trajetória acadêmica, o cotidiano permitia a participação em espaços fora da Universidade?

- Iniciaram a participação ou deixaram de participar de espaços fora da Universidade durante a trajetória acadêmica?

- Reconhecem possibilidades de participação em espaços dentro da Universidade?

- Mobilizaram estratégias para participar de algum(ns) desse(s) espaço(s)?

- Receberam informações dentro da Universidade quanto aos espaços possíveis de participação estudantil?

- Projetam espaços de participação após a formação inicial?

O roteiro das entrevistas semiestruturadas, produzido a partir das questões norteadoras citadas anteriormente, encontra-se como apêndice do presente trabalho.

1.4 ORGANIZAÇÃO DO TEXTO

Este trabalho foi organizado em quatro partes, sendo a primeira composta por introdução, problemática, objetivos geral e específicos e, por fim, a metodologia.

No segundo capítulo procuramos contextualizar historicamente o tema abordado, ainda que brevemente, perpassando a Grécia Antiga, o desenvolvimento do liberalismo e suas revoluções no final do século XVIII, a entrada da democracia moderna no século XX e os movimentos pela ampliação da participação em meados deste último século. Ainda, compilamos elementos para a conceituação do tema.

O terceiro capítulo se desdobra na análise da empiria, a partir de suas trajetórias, objetivando identificar as participações e suas formas presentes em cada entrevista.

As considerações finais apresentam a síntese dos resultados obtidos, estabelecendo algumas reflexões quanto às participações encontradas e, também, quanto às trajetórias como instrumento metodológico significativo para os estudos sociológicos.

2. CONTEXTUALIZANDO O OBJETO DE PESQUISA

2.1 PARTICIPAÇÃO: INDÍCIOS PARA A COMPREENSÃO HISTÓRICA DO TEMA

Ao trabalharmos com uma temática que perpassa diversas áreas, como as ciências política, social e econômica (SILVA, 1986), fica evidente o desafio em mobilizar esse tema. Nossas referências partem da Educação, e desta grande área, que incorpora conhecimentos de muitas outras, direcionamos nosso olhar previdente para alguns caminhos propostos à participação, conjecturando que suas diversas formas, níveis e graus nos quais nós educadores transitamos repercutem diretamente no fazer docente.

Nesse primeiro momento, nos vale reportar aos caminhos que percorremos para chegar à compreensão da utilização da participação no campo teórico. Inicialmente, pesquisamos autores que pudessem indicar elementos para a elaboração conceitual de participação enquanto tema específico e, a partir desta elaboração primeira, mobilizar o tema nas esferas identificadas dentro do quadro empírico explorado.

Todavia, esta primeira etapa da pesquisa nos trouxe autores⁷ que abordam a participação não como temática específica, mas enquanto integradora de conceitos como Participação social e Participação política. A partir de suas abordagens, pesquisamos elementos históricos do surgimento do tema, procurando os diversos sentidos que o constituem.

O *Dicionário de Ciências Sociais* (SILVA, 1986) traz um primeiro elemento histórico para reflexão acerca do tema com as contribuições dos estudos da mente primitiva de L. Lévy-Bruhl (1857-1939). O antropólogo francês compreendia a participação como uma particularidade do pensamento lógico primitivo que a concebia como coexistência, ou seja, *ser é participar*, obtendo-a como “experiência existencial profundamente impregnada a emotividade” (SILVA, 1986, p. 870).

Platão e Aristóteles, ao criticarem a democracia ateniense, apontam para o excesso de participação que impedia o desenvolvimento da pólis, o que possibilitava a tirania. Gugliano (2007) resgata a concepção destes filósofos da Grécia Antiga para explicar o desenvolvimento do liberalismo e suas revoluções no final do século XVIII, com a independência dos Estados Unidos e a Revolução Francesa. O “governo de muitos”, dito pelos filósofos, se referia ao governo dos pobres, o que justificaria os movimentos do século XVIII e a consequente queda da aristocracia europeia para a ascensão das elites burguesas.

⁷ Ammann (1980); Bobbio et al. (1986); Gugliano, (2007); Penteadó (1991); Macpherson (1977); Dallari (1984); Stolz; Franckini; Kyrillos (2011); Ribeiro; Borba (2011).

Ao desvendar as teias da participação, Pentecado (1991) concebe sua gênese nos processos que potencializam a igualdade social em prol da mudança social, e também retrata os séculos XVIII e XIX como períodos em que a luta pelos ideais de participação se dava dentro do campo libertário com Owen (1771-1858), Fourier (1772-1837), Blanc (1811-1882), Buchez (1796-1865) e Proudhon (1809-1865).

Houve, então, o momento histórico dos fortes argumentos que alimentavam a antiparticipação, como retrata Gugliano (2007), sobretudo ao final do século XIX e início do século XX, com o desenvolvimento da democracia moderna. O autor cita pensamentos de Thomas Jefferson (1743-1826), com as barreiras defendidas por ele para impedir os pobres insurgentes de ameaçarem as propriedades dos ricos; Edmund Burke (1729-1797), com as consequências negativas da Revolução Francesa que possibilitou a ascensão do povo a funções dirigentes; Gaetano Mosca (1858-1941) e Vilfredo Pareto (1848-1923), com seus ataques ao direito ao voto; Seymour Lipset (1922-2006), com a incapacidade das massas de tomarem decisões políticas, e Samuel P. Huntington (1927-2008), com a necessidade de governos fortes para controle do povo demasiadamente politizado.

Conforme Silva (1986), o final da II Guerra Mundial é marcado por movimentos que buscavam maior participação em determinados campos da sociedade, ocorrendo resistências aos governos e estruturas de poder. Entretanto, na segunda metade do século XX, a defesa da ampliação da participação na sociedade moderna começou a ganhar destaque a partir, sobretudo, da década de 1960.

No contexto internacional da década de 1960, Gugliano direciona o olhar ao “Maio de 68, inicialmente na França, e sua expansão para diferentes regiões do planeta” (GUGLIANO, 2007, p. 15) na década seguinte. Os movimentos pela participação colocaram em a democracia, enfoque da publicação do início dos anos 1970 de Carole Pateman (1940-) que, a partir de um aporte substancial ao debate político, aponta elementos favoráveis a uma democracia participativa.

Macpherson (1977) descreve o surgimento do ideal da democracia participativa, alavancada pelos movimentos estudantis de 1960, que se difundiram entre os trabalhadores fabris insatisfeitos com a ausência de poder decisório. Os movimentos chegam às vistas dos governos que, ao se verem pressionados por maior participação popular, lançaram programas de ampla participação, a exemplo dos Programas de Ação Comunitária criados pelo governo dos Estados Unidos. Nas fábricas com mais de 2 mil trabalhadores, a designação de representantes dos empregados aos conselhos de direção foi sancionada pelo Relatório Bullock

na Inglaterra e, de acordo com Silva (1986), na década de 1980 no Brasil a empresa Volkswagen implementou a experiência alemã de representação dos empregados.

Os indícios históricos percorridos pelo tema, ainda que breve, nos revelou a escassez de teorias acerca da participação enquanto tema principal, salvo as reflexões de L. Lévy-Bruhl. Todavia, a sua utilização, desde a Grécia Antiga, é associada a questões políticas, mesmo quando ela não é utilizada necessariamente dentro do conceito de Participação política, sendo inserida nos escritos a partir de um contexto que a faz ser aceita como essencialmente política.

2.2 ELEMENTOS PARA A CONCEITUAÇÃO: COMPREENSÃO E VARIÁVEIS

Quando localizamos o termo “participação” nos dicionários, encontramos significados como “ato ou efeito de participar” (FERREIRA, 2004, p. 1498). O vocábulo é conceituado, a partir de Ferreira (2004), em diferentes campos: na etimologia, conota sentido de ter ou tomar parte; na comunicação, se sustenta na ideia de “fazer saber informar, anunciar, comunicar”; na economia, tendo ou “recebendo parte de um todo” e, ainda, no sentido de associar-se pelo pensamento ou sentimento. Akoun e Ansart (1999) significam *participation* a partir do latim, como *partage*, *action de participer à*, concebendo-a dentro de atividades econômicas, sociais e/ou políticas.

A pesquisa de sentido etimológico do termo, nos levou a Juan E. Diaz Bordenave, ou mais propriamente ao seu livro intitulado *O que é participação*, datado de 1983. Este parece ser um dos únicos autores a trabalhar o tema da participação de modo que possamos localizá-la em diversas áreas e de diferentes modos em um único escrito. A participação, enquanto significado etimológico, tem sua origem na palavra parte, e abriga o “fazer parte”, “tomar parte” e “ter parte”, havendo diferenças entre e dentro delas mesmas. O fazer parte, compreende à participação passiva; o tomar parte, compreende à participação ativa, e o ter parte, promovido pelo sentimento de fazer parte, remete à ideia de ter parte.

A incursão mais aprofundada no tema e a sua vasta gama de possibilidades, nos levou a necessidade da eleição de um quadro teórico que dispusesse dos principais sentidos dado a participação. A limitação do campo teórico torna-se necessária para que possamos mobilizar a participação em mais de uma esfera e, assim, refinar nossas lentes a identificação das possíveis participações e suas formas nas trajetórias das formandas entrevistadas.

Bordenave (1983) faz referência ao contexto brasileiro do final do século passado como a “era da participação”, em que se desenhava uma sociedade com interesse crescente no envolvimento em diversas esferas sociais, porém, o “conhecimento generalizante do que [a

participação] é, de seus graus e níveis, de suas condições, sua dinâmica e suas ferramentas operativas” (BORDENAVE, 1983, p. 8) estavam em falta, o que o levou a construir elementos iniciais para se saber em que consistia a participação na construção de uma sociedade solidária.

A *priori*, a participação é “necessidade fundamental do ser humano, como o são a comida, o sono e a saúde” (*ibid.*, p. 16), assim o autor compreende a participação como “inerente à natureza social do homem” (*ibid.*, p. 17), colocando-a em sustentação a partir de duas bases complementares: afetiva, com o prazer de participar de algo com os outros e, instrumental, onde a participação com os outros torna o fim de interesse mais eficaz que o fazer sozinho. Há aqui uma convergência com o antropólogo L. Lévy-Bruhl e sua definição de participação enquanto coexistência humana, como vimos no subtítulo anterior.

O fenômeno da marginalidade contrapõe ao da participação, compreendendo este fenômeno, podemos ter uma melhor lente interpretativa acerca da participação. A marginalidade, segundo Bordenave, é erroneamente interpretada como o atraso de alguns setores em relação a outros no consumo de bens e cultura da sociedade moderna. Entretanto, não há atraso no consumo de bens e cultura por estes setores, eles são, em verdade, “resultado lógico e natural numa sociedade onde o acesso aos benefícios está desigualmente repartido” (BORDENAVE, 1983, p. 19).

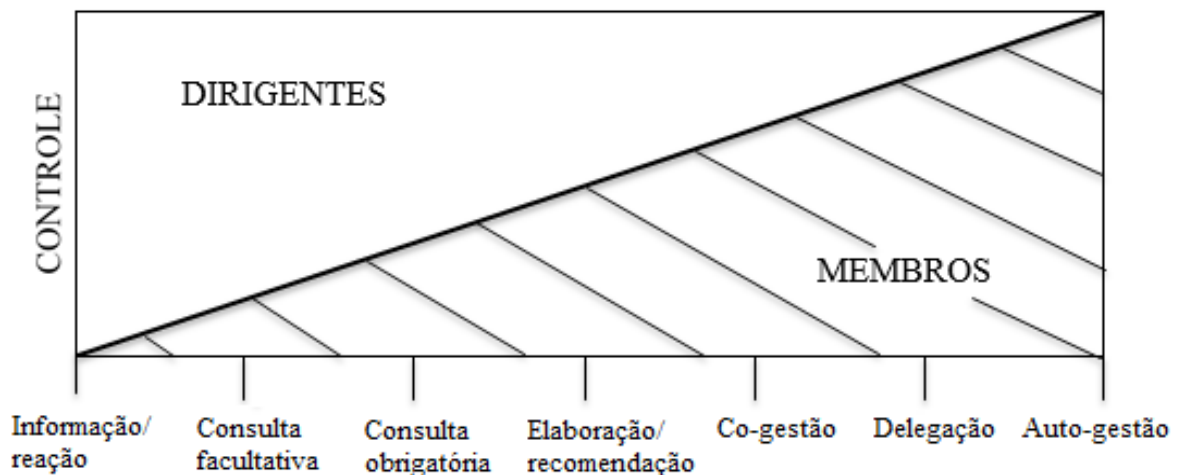
Na perspectiva trabalhada por Bordenave (1983), não existe a marginalidade, mas sim a marginalização. Esta, por sua vez, trata a participação desses setores não mais como beneficiários passivos na sociedade moderna, mas como participantes com intervenção ativa, incorporados à vida social por direito próprio e não como convidados. Ao tratar da Participação política e sua relação com o poder, Penteadó (1991) aponta o conceito de participação como oposto ao de marginalidade, este último que comporta o homem marginal como incapaz de mudanças. Quando o tema é abordado dentro do conceito de Participação social, Ammann (1980) em sua argumentação de que a autonomia é facilitadora no processo de consolidação da Participação social, aponta como complicador para o alcance da autonomia a dependência aos dominantes, orquestrada dentro de uma organização social que causa a marginalidade social.

Na tentativa de categorizar os modos de participação, Bordenave (1983) apresenta a participação de fato, como a primeira manifestação de participação do homem em comunidade com o objetivo da sobrevivência; a participação espontânea, sem objetivo específico, apenas para satisfação psicológica de permanecer e ser ouvido; a participação imposta, como o voto universal; a participação voluntária, na formação de um grupo, bem como de suas regras e objetivos criadas pelos próprios participantes; a participação provocada por agentes externos, que também pode ser impulsionadora para a formação de grupos que pareçam ser de caráter

voluntário. A participação provocada, pode se desdobrar em uma participação dirigida ou manipulada. Por fim, temos a participação concedida, onde o poder decisório em relação a algumas questões é dado também aos subordinados, projetando a ilusão de participação política e social, ainda que à participação concedida compete o potencial de crescimento da consciência crítica.

Os Graus de controle dos membros conforme os níveis de importância das decisões nas quais podem participar, são questões-chave da participação para Bordenave (1983). Segundo o Quadro 1 abaixo, a *informação* é o menor grau de participação dos membros em um grupo, onde os mesmos apenas recebem informações dos dirigentes, enquanto a *autogestão* é considerada o maior grau de participação, na qual “desaparece a diferença entre administradores e administrados, visto que nela ocorre à autoadministração” (BORDENAVE, 1983, p. 33).

Quadro 1– Graus de Participação



Fonte: BORDENAVE, 1983, p. 31.

A importância das decisões cuja construção os membros têm acesso também é retratada por Bordenave (*Ibid*, p. 33-34) através de níveis. Em uma escala crescente de participação, teríamos: nível 6 – avaliação de resultados; nível 5 – execução de ações; nível 4 – alocação de recursos e administração de operações; nível 3 – elaboração de planos, programas e projetos; nível 2 – determinação de objetivos e estabelecimento de estratégias e nível 1 – formulação da doutrina e da política da instituição. O autor compreende que conforme o desenvolvimento de uma democracia participativa pelos grupos (nível micro) e sociedade (nível macro), os níveis de participação aumentam.

A noção de conflito social se faz presente nas relações de participação, e para compreendê-la, Bordenave relembra a estrutura social de poder e sua “frequente oposição a toda tentativa de participação que coloque em julgamento as classes dirigentes e seus privilégios” (*Ibid*, p. 41). Assim sendo, a noção de conflito já é instaurada na própria organização social dada, em que há uma oposição entre os sistemas de solidariedade e os sistemas de interesses. O primeiro trata de uma solidariedade orgânica, com relativa igualdade entre seus membros, já o segundo trata de uma solidariedade mecânica, com fins utilitários e está presente nos setores de atuação econômica e política. O Estado burguês, por sua vez, “se alia aos sistemas de interesses em detrimento dos sistemas de solidariedade” (*Ibid*, p. 42), sendo esse o ponto nevrálgico para a instauração do conflito da participação.

Após nossos esforços em levantar os elementos que compõem a participação enquanto tema geral, os subtítulos a seguir apresentarão os conceitos de Participação social e Participação política, por compreendermos que, a partir de nossa incursão no quadro teórico analisado, essas sejam as duas formas de participação passíveis de uma conceituação teórica⁸. Ainda, abordaremos a participação popular e comunitária como práticas que talvez se insiram dentro das conceituações exploradas.

2.2.1 Participação social

A incursão à Participação social abordará, sobretudo, as contribuições do livro *Participação Social* (1980) de Safira Bezerra Ammann, que foram mobilizadas juntamente com elementos deste conceito abordado por Bordenave (1983) e Penteadó (1991). Ao investigarmos o conceito de Participação social, identificamos convergências e entrelaçamentos com o conceito de Participação política.

Ammann apresenta a Participação social como “um processo que resulta fundamentalmente da ação das camadas sociais em três níveis diferenciados”, mas que “são inseparáveis e interdependentes” (AMMANN, 1980, p. 17). Os níveis compreendem a) a produção de bens e serviços, b) a gestão da sociedade, c) o usufruto dos bens e serviços produzidos e geridos nessa sociedade. Bordenave (1983), convergindo com a concepção de Ammann, aponta a presença da Participação social nas intervenções das lutas sociais,

⁸ No que tange à participação universitária, esta não foi encontrada como conceito, mas sim desenvolvida a partir de trajetórias universitárias, como na tese “As cartas são jogadas muito cedo: Trajetórias universitárias de jovens provenientes das classes populares na Universidade Federal de Santa Catarina” de Mariana Sant’Ana Miceli.

econômicas e políticas, onde o cidadão provido de uma visão macrossocial, participa da produção, administração e usufruto de bens materiais e culturais.

Segundo Ammann (1980), a ação das camadas sociais por meio da Participação social pode ser realizada de modo direto ou indireto. De modo indireto, por meio de representações, como nas associações, ainda que essas não necessariamente proporcionem a Participação social. Para Bordenave (1983), a participação de modo indireto é denominada microparticipação e não pode ser considerada um tipo de Participação social, já que as questões nela tratadas são de teor imediato e não se constituem dentro de uma visão macrossocial. As associações são consideradas por Bordenave um tipo de microparticipação.

De modo direto, a Participação social se constitui através do engajamento dos indivíduos no sistema político e no sistema organizacional, em que a ambos competem o poder decisório. Para tal, Ammann (1980) aponta os três níveis necessários mencionados anteriormente e que exploraremos agora.

- A produção de bens e serviços: a construção do nível de produção dos bens e serviços se deu, historicamente, no deslocamento de um modelo de cooperação simples do trabalho individual, no qual os indivíduos tinham completo domínio dos meios e etapas de produção, para um modelo de cooperação complexa do trabalho indireto, que gera “a divisão dos trabalhadores em proprietários e não-proprietários dos meios de produção” (*Ibid*, p. 50). Portanto, este nível necessário à Participação social, torna-se fragilizado historicamente em decorrência da perda dos meios de produção que, conseqüentemente, diminuem a participação dos indivíduos.

- A gestão da sociedade: trata-se do poder político dela nas tomadas de decisão, planejamento e administração a nível macrossocial, incorporando-se com muitas variáveis conforme a organização de cada sociedade.

- O usufruto dos bens e serviços produzidos: este nível elencado pela autora, é trabalhado na perspectiva de que a cidadania deve ser considerada o bem mais fundamental, quando a compreende como um tipo particular de incorporação à cultura política urbana. Aqui, a marginalização social é facilmente visualizada como uma problemática dentro do contexto brasileiro, pois grande parte da população, dentro da perspectiva da autora, não pode ser considerada cidadã, mas sim moradora, detentora apenas de bens imprescindíveis à sua sobrevivência, tornando sua inserção à cultura política urbana inexistente.

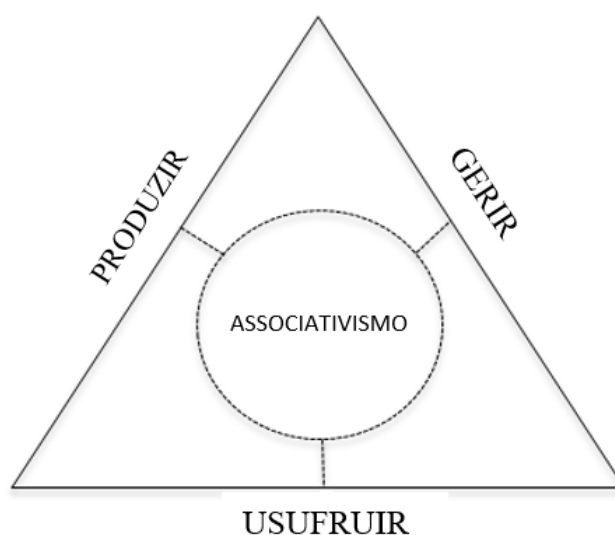
Os três níveis explorados apresentam um quadro necessário para se atingir a Participação social de modo direto, que se torna bastante distante dentro do contexto macrossocial em que vivemos, problema igualmente encontrado na Participação política e sua

matriz cultural que, segundo Bobbio, Matteucci e Pasquino (2004), impede a transposição da fundamentação conceptual para contextos diversos.

Bordenave (1983) considera os meios de microparticipação como o caminhar a “utopia-força” de uma sociedade participativa, subentendendo esta última como a macroparticipação. Concepção semelhante à de Ammann (1980), quando a mesma diz que a sociabilidade em nível microssociológico instrumentaliza a Participação social.

A dialética, presente no conceito abordado por Ammann, ocorre a partir dos três componentes básicos para o alcance da Participação social e, conforme a imagem abaixo, o associativismo faz-se presente como modo indireto à Participação social, tornando-se relevante ao passo em que a participação de modo direto não é garantida.

Figura 1 – Dialética da Participação Social



Fonte: AMMANN (1980, p. 62).

A classificação da participação enquanto passiva ou ativa, já esboçada por Bordenave (1983) dentro da etimologia da palavra, também é abordada por Ammann (1980). Conforme o primeiro, a participação passiva se encontra na ideia de “fazer parte” e a ativa seria “tomar parte”. Para Ammann, dentro do conceito de Participação social, a passiva é refutada, pois em sua compreensão, “além de contraditório, empobrece o verdadeiro processo participativo o qual não se pode reduzir a aspectos passivos, mas supõe sempre reivindicações, conquista, contribuição, determinação, em outras palavras, ação” (1980, p. 46). Na construção da Participação política, Penteadó (1991, p. 41) concebe a participação passiva estritamente “à ideia de receber benefícios, serviços públicos”, ao passo que a participação ativa “implica a

divisão da responsabilidade coletiva, a adesão aos valores próprios da comunidade e o cumprimento de papéis”.

2.2.2 Participação política

O conceito de Participação política elaborado por Bobbio, Matteucci e Pasquino (2004) busca referências na democracia ocidental, a partir de pesquisas que se concretizaram, sobretudo, em países ocidentais desenvolvidos. Os próprios autores reconhecem ser este um ponto problemático, visto que “a matriz cultural desses estudos faz com que a fundamentação conceptual e o campo de pesquisa nem sempre sejam transferíveis para contextos diferentes” (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 2004, p. 888). Trata-se da ausência ou precoce democracia presente nos países em desenvolvimento, que nem sempre tornam os elementos já pesquisados deste conceito frutíferos nestas realidades.

Para Dallari, “entre as formas mais eficientes de participação política estão os trabalhos de conscientização e organização” (DALLARI, 1984, p. 51), em que a conscientização se dá no movimento de ajudar o outro a “despertar para a razão” (*Ibid*, p. 53), exemplificando o processo de Galileu Galilei na Inquisição em que finge ceder para poder dar continuidade a disseminação de suas ideias⁹.

Composta por um substantivo e um adjetivo, a Participação política é passível de interpretações diversas, sendo um conceito não unívoco, em que se pode participar ou tomar parte de algo de modos diversos, “desde a condição de simples espectador, mais ou menos marginal à de protagonista de destaque” (BOBBIO; MATTEUCCI E PASQUINO, 2004, p. 888). As atividades mobilizadas pelo conceito vão desde o voto, categorizado por Bordenave (1983) como participação imposta, até práticas dentro das esferas religiosas, econômicas e culturais, pois o substantivo que compõe o conceito permite que o mesmo permeie esferas diversas.

Segundo Bobbio, Matteucci e Pasquino (2004), há três possíveis formas ou níveis, em que se desdobra o conceito. O primeiro designado como *presença*, se constitui na menos intensa e mais marginal forma, em que identificamos comportamentos essencialmente receptivos ou passivos, como presença em reuniões onde não há contribuição pessoal. Esta primeira forma, dentro da concepção de Dallari (1984), não pode ser considerada Participação política, pois ela

⁹ No campo da Sociologia, Bourdieu (1983) pode contribuir quando compreende que desvelar as leis sociais aos que estão submetidos a elas é uma forma de elucidar os jogadores que, muitas vezes por desconhecê-las, compactuam com elas dentro do jogo.

alimenta a injustiça, fundamento que, ao lado da vida social, forma o dever do indivíduo para com a Participação política. A segunda forma se atribui à *ativação*, que consiste no desenvolvimento de atividades, confiadas por delegação, dentro ou fora de uma organização política, em que o indivíduo é incumbido ou ele mesmo pode promover, como em campanhas eleitorais. Já a terceira forma é direcionada ao substantivo do conceito em sentido estrito, apenas a *participação*, para situações em que o “indivíduo contribui direta ou indiretamente para uma decisão política” (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 2004, p. 888) podendo se dar “de forma direta em contextos políticos muito restritos” (*Ibid*, p. 888) e para um número reduzido de pessoas. À grande maioria dos cidadãos é atribuída a forma convencional de participação, ao escolherem, por meio do voto, seus dirigentes (RIBEIRO; BORBA, 2011).

De acordo com Bobbio, Matteucci e Pasquino (2004), a Participação política atinge as grandes massas a um tempo histórico recente, tendo sua concretização na independência dos Estados Unidos, no sufrágio universal, apontado por Dallari (1984) como o processo que possibilitou a ampla participação eleitoral - esta última compreendida por ele como o foco da Participação política - e na igualdade de voto, ainda que os dois últimos não tenham sido aplicados em todas as nações e, nas que o foram, os registros de implementação constam até a década passada. Bobbio, Matteucci e Pasquino (2004) apontam para uma realidade bem diferente do ideal democrático de Participação política, em que se vê o interesse pela política circunscrito a círculos limitados, como esboçado em pesquisas realizadas em países como Itália e Estados Unidos. Há um interesse decrescente pelo voto (resultando na abstenção), pelos dirigentes que estão nos poderes e pela militância em partidos políticos. As associações que, segundo Ammann (1980), são consideradas espaços de Participação social, para Bobbio, Matteucci e Pasquino (2004) são compreendidas como espaços não explícitos de Participação política, mas que exercem influência sobre e também estão dentro de um quadro não animador de participação.

Contrário aos espaços já institucionalizados da Participação política, as participações ainda não institucionalizadas, como as marchas, os protestos, as ocupações, vêm adquirindo maior alcance da massa, segundo Bobbio, Matteucci e Pasquino (2004), a partir de uma participação esporádica, que, ainda que superestimadas, raramente levam a criação de instrumentos organizativos que institucionalizam sua Participação política.

O interesse decrescente pela Participação política institucionalizada também é abordado por Ribeiro e Borba (2011) quando, através da Ciência Política moderna, recorrem as tipologias mais aceitáveis do tema, a saber: convencionais e não convencionais. As convencionais, ligadas à representação liberal clássica - e vigente -, são direcionadas, sobretudo, ao momento eleitoral

- o voto ou engajamento em partidos e campanhas -, e a este há uma diminuição constante da participação. Já as participações de tipo não convencional, como as greves, nomeadas por Bobbio, Matteucci e Pasquino (2004) como não institucionalizadas, vêm-se ampliando a participação.

2.2.3 Participação comunitária e popular

A incursão nas participações comunitária e popular, compreendidas enquanto práticas e não conceitos, nos levaram a elementos de uma prática participativa que se constitui a partir de proposições presentes dentro dos conceitos de Participação política e Participação social.

A participação popular é rapidamente mencionada por Silva (1986), que evidencia a dificuldade de sua definição, a partir de uma ótica que comporta fundamentos da Participação social, aqui conceituada, entrelaçada ou até mesmo igualada à participação popular. Segundo Silva:

A participação social cívica ou popular vem substituindo recentemente outros conceitos básicos do desenvolvimento social, como a promoção, o bem-estar e o desenvolvimento de comunidades, reduzindo-os à condição de simples técnicas a serviço de um processo mais amplo. É difícil definir o que seja participação popular, evidentemente condicionada às limitações dos diversos sistemas políticos e aos seus contextos sociais e culturais. Pode-se desdobrar em vários níveis e modalidades. A mais praticada é a participação passiva, resultante de conquistas da legislação social em diversos países, como as diversas formas da socialização de benefícios. Mas importante, a longo prazo, é a participação ativa, cujo princípio geral é o comprometimento direto dos grupos e camadas populares na gerência e decisão dos assuntos de seu maior interesse (1986, p. 870).

Queiroz e Santos (2017, p. 85) mobilizam a participação comunitária dentro da Participação social e com alguns aspectos também da Participação política. Durante a abordagem do tema, as autoras atribuem à essa prática a característica de uma “participação social no plano local”, em prol a benefícios que competem à dinâmica de uma localidade específica. A realização desta ação pode ser compreendida como “um ato de conquista, que, por sua vez, constitui-se como competência política” (*Ibid*, p. 90).

Vasconcellos e Costa (1988), ao atribuírem à participação comunitária e popular ações que objetivam a quebra de certos muros do sistema social atual às relaciona com a compreensão de Ammann (1980) sobre a Participação social e a anulação de uma prática passiva dentro deste conceito, que subentende sempre a ação e reivindicação. Assim, por não serem consideradas ações passivas, as participações comunitária e popular talvez componham a Participação social.

3. AS PARTICIPAÇÕES E SUAS FORMAS A PARTIR DOS DISCURSOS DAS FORMANDAS DO CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA 2018

Constituiu-se como foco deste trabalho, como vimos anteriormente, investigar quais foram as formas de participação que ocorreram durante o período de graduação das formandas do semestre 2018.1 do curso de licenciatura em Pedagogia da UFSC, o que foi efetivado por meio de entrevistas semiestruturadas concedidas por sete estudantes. Nosso objetivo foi indicar avanços e limites nestas participações à luz do aporte teórico mobilizado. Para isto, o presente capítulo desdobra-se no movimento entre as respostas das entrevistadas e a teoria já apresentada, a partir das três dimensões que compuseram as entrevistas, a saber: precedentes ao ingresso; retrospectiva dos espaços de participação e, reflexões e projeções.

O aporte teórico levantado possibilitou elementos que ajudam na conceituação de Participação social e Participação política, e indícios para práticas participativas comunitárias e populares que se integram a esses dois conceitos. A análise das entrevistas se deterá, sobretudo, na investigação das participações presentes nos relatos das formandas durante o período de percurso da graduação, tanto no espaço universitário quanto fora dele.

O curso de licenciatura em Pedagogia localizado na UFSC abrange, na sua grande maioria, mulheres. Ainda que não haja precisamente a quantidade de estudantes que também são trabalhadores, esta é uma segunda característica bastante presente e que está diretamente vinculada a necessidade de uma renda econômica para a sobrevivência no espaço universitário por parte desses graduandos.

A UFSC, por sua vez, fundada em 1960, possui atualmente cinco *campi*, a saber: Florianópolis (sede e primeiro a ser fundado), Araranguá, Curitibanos, Joinville e Blumenau. O corpo discente da Universidade é composto por mais de 30 mil estudantes matriculados, 108 cursos de graduação presenciais e 14 cursos de graduação à distância, além do sistema de pós-graduação que comporta mestrados, doutorados e especializações¹⁰.

3.1 CARACTERIZANDO A EMPIRIA

Conforme o quadro seguinte, as sete estudantes entrevistadas concluirão a licenciatura em Pedagogia no final do semestre de 2018.1. Cabe ressaltar que as estudantes Manoela e Ana já possuem formação superior anterior em Administração (Universidade do Oeste de Santa

¹⁰ Dados coletados do site institucional da Universidade Federal de Santa Catarina.

Catarina – UNOESC) e licenciatura em Matemática (UFSC), respectivamente. A estudante Pamela iniciou o curso de Direito em uma faculdade particular, abandonando-o ainda na primeira fase para dar início aos estudos na Pedagogia (UFSC). Todas, exceto a formanda Talita, concluirão a graduação no período normal estipulado no currículo de quatro anos e meio. Esta necessitou de mais seis meses para a conclusão do curso.

Todas as estudantes que compõem a amostra são provenientes de cidades catarinenses. Como ilustra o quadro 2, duas são naturais da capital Florianópolis, duas nasceram em cidades localizadas na região da Grande Florianópolis, duas vem da região Oeste Catarinense e uma é natural da região Norte de Santa Catarina. Em relação às faixas etárias de ingresso, é notória a heterogeneidade presente na amostra, que comporta duas estudantes ingressas na universidade ainda menores de idade; uma no início na maioridade; três dentro da faixa dos 20 anos; e uma estudante ingressa com idade superior aos 30 anos.

Quadro 2 – Descrição das estudantes entrevistadas

Estudante	Sexo	Idade	Idade de ingresso e conclusão	Formação universitária anterior	Cidade de origem
Manoela	F	35	32 – 35	Sim	Videira
Pamela	F	25	21 – 25	Não	Florianópolis
Raquel	F	21	17 – 21	Não	Palhoça
Talita	F	29	25 – 29	Não	Belmonte
Thuane	F	21	18 – 22	Não	Florianópolis
Ana	F	32	28 – 32	Sim	Jaraguá do Sul
Lara	F	21	17 – 21	Não	Antônio Carlos

Fonte: Elaborado pela autora.

3.2 PRECEDENTES AO INGRESSO NA UNIVERSIDADE: AS ESTUDANTES E SUAS FAMÍLIAS

A primeira parte das entrevistas teve como intenção a imersão das estudantes nas suas memórias antecedentes ao ingresso no curso de Pedagogia. Bardin (2011, p. 147) auxilia na construção desta etapa de análise, ao reportar à categorização como uma “operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto por diferenciação e, em seguida, por reagrupamento segundo o gênero (analogia)”, ou seja, as classificações sugerem características comuns a partir de critérios previamente definidos. Na sua maioria, as formandas demonstraram

pouco conhecimento sobre a UFSC antes do ingresso no curso de Pedagogia. As primeiras informações e contatos com a Universidade se deram dos seguintes modos:

1. *Escola:* no período de preparação para o vestibular, durante o Ensino Médio, as estudantes Raquel e Lara, moradoras da Grande Florianópolis e ingressas no curso com 17 anos, tiveram conhecimento da UFSC através de suas respectivas escolas. Para Raquel, o contato com a Universidade ocorreu por meio de visitas promovidas pela escola. Em contrapartida, Lara veio a ter seu primeiro contato com o espaço universitário na realização da matrícula para o curso de Pedagogia.

2. *Rede de relações sociais:* a estudante Manoela, natural da região Oeste de Santa Catarina, veio a ter seu primeiro contato com a UFSC – campus Florianópolis, através de uma viagem com seu noivo, então estudante da Universidade. A mesma também se recorda de ter tido conhecimento da “federal de Santa Catarina” por meio do Instituto Federal Catarinense onde iniciou o curso de Pedagogia. Natural da região Norte de Santa Catarina, a estudante Ana também teve suas primeiras informações da UFSC mediante sua rede de relações sociais, ainda que tenha tido seu primeiro contato apenas no ingresso, foi por meio do irmão mais novo que teve conhecimento da instituição.

3. *Migração:* o relato da estudante Talita, natural do Oeste catarinense, quanto às informações e contatos anteriores ao ingresso na UFSC, não é similar a nenhum outro. Ainda que seu sonho, como a mesma colocou, fosse de entrar em uma universidade, a estudante veio à Florianópolis para trabalhar e só aqui descobriu a existência de uma universidade federal. Seu primeiro contato com a UFSC se deu antes do ingresso, através de “aulões” promovidos pelo cursinho pré-vestibular da própria universidade.

4. *Universidade presente desde a infância:* as estudantes Thuane e Pamela tiveram contato com a Universidade ainda pequenas, mas de modos diferentes. Thuane fazia uso dos espaços ao ar livre da Universidade a título de lazer com sua família aos domingos, por morar no entorno da UFSC e seus pais terem familiaridade com o espaço pois o frequentavam na condição de estudantes. Em contrapartida, Pamela frequentou o espaço universitário pois estudou no Colégio de Aplicação (CA/UFSC), desde o ensino fundamental.

A reação dos familiares das formandas quando ao ingresso na UFSC trouxe elementos interessantes para pensarmos as suas participações no período de realização do curso em Pedagogia. As respostas revelaram que quatro das sete entrevistadas (Lara, Ana, Talita e Pamela) compuseram a primeira geração de suas famílias a ingressarem em uma universidade e quatro entrevistadas (Lara, Raquel, Pamela e Manoela) pontuaram serem as primeiras de suas famílias a frequentar o espaço de uma instituição federal de ensino. A construção das

manifestações anteriores ocorrera dentro da lógica de um discurso que abordava, quase sempre, a escolaridade dos pais dessas estudantes, sendo: três delas (Ana, Talita e Manoela) filhas de pais e mães que encerraram seus estudos ainda no ensino primário; uma delas (Lara) filha de pai e mãe que não concluíram o ensino médio; outra (Thuane) filha de pai e mãe com nível universitário e, uma delas (Raquel) filha de pai com ensino superior.

3.3 EXPLORANDO OS ESPAÇOS DE PARTICIPAÇÃO: A FORMANDA E SUA TRAJETÓRIA A PARTIR DO INGRESSO

O segundo bloco das entrevistas semiestruturadas teve como enfoque o período em que as estudantes cursaram a licenciatura em Pedagogia, buscando conhecer os espaços de participação presentes em cada percurso. Compreendendo os espaços como pontos de partida para a identificação das participações e suas formas de ocorrência nas diferentes trajetórias, objetivamos, à luz do aporte teórico mobilizado, identificar avanços e limites nas participações das novas pedagogas.

Conforme Bardin (2011), a pré-análise compõe um dos três polos cronológicos necessários para a análise de conteúdo, compreendida pelo período de organização das informações, com o objetivo de torná-las operacionais. Neste momento demarcamos o universo ao qual reportaremos à análise. No caso das entrevistas da presente pesquisa, procuramos identificar passagens que indicavam uma Participação social ou Participação política, refinando tal análise no âmbito das formas em que ocorreram tais participações.

Pensando a Participação social como processo que resulta do envolvimento de grupos e/ou camadas sociais na produção, gestão e usufruto de bens e serviços produzidos (AMMANN, 1980), sua mobilização, a partir desta primeira conceituação, torna-se extremamente fragilizada dentro da lógica organizacional da sociedade a qual pertencemos. Buscar, tanto nas formandas, quanto em qualquer outro indivíduo que pertença a esta realidade social, o envolvimento que contemple a conceituação de Participação social, torna-se uma tarefa com resultados pouco animadores.

Todavia, Ammann (1980) possibilita tecer algumas relações quando concebe a ação das camadas sociais por via da Participação social de dois modos: direto e indireto. A definição anteriormente apresentada condiz com o modo direto de participação a partir do engajamento nos sistemas organizacional e político por meio de controle dos três níveis já mencionados (produção, gestão e usufruto). Ao tratá-la dentro do modo indireto, a autora apresenta as

representações, geralmente por meio do associativismo, como caminhos para a Participação social.

A partir da empiria trabalhada, identificamos a atuação por meio da Participação social de modo indireto no relato da estudante Raquel, afiliada a Associação dos Surdos de Palhoça (ASPA/SC). A formanda também participa da Sociedade de Surdos de São José (SSSJ/SC), que não tem o caráter associativo da primeira, mas, segundo ela, é o lugar em que a sua participação se dá de modo mais ativo, compreendendo ser esta uma forma de participação onde há o cumprimento de papéis, a divisão de responsabilidades e a adesão aos valores da comunidade (PENTEADO, 1991).

Os elementos motivadores para o exercício da Participação social realizada pela estudante Raquel situam-se em sua trajetória anterior ao ingresso na universidade. Conforme relata, a igreja foi e ainda é um espaço de participação constante, frequentando-a desde a infância. Foi na igreja que teve seu primeiro contato com uma criança surda, o que a marcou profundamente. Silva (1986), ao resgatar L. Lévy-Bruhl, pontua a participação como experiência impregnada de emotividade, o que parece ser o caso desta estudante, motivada para o envolvimento no espaço das associações por meio do contato com uma criança surda.

Dentro da UFSC, a estudante Raquel objetivou, sobretudo, uma maior participação em espaços que favoreceram sua formação, tanto na Pedagogia quanto na área de Libras, a partir de eventos em que atuava como intérprete ou participava enquanto ouvinte. O envolvimento da futura pedagoga com a associação e a sociedade se intensificaram desde então.

Ao relatar a associação como um lugar com menos abertura, em que a mesma “podia ir participar, mas ser mais ouvinte” devido ao modelo de gestão em que ocorre a ocupação de cargos, nos remete aos graus de controle das decisões dentro dos espaços participativos elencados por Bordenave (1983). De acordo com este autor, identificamos os graus de *informação* e *consultas facultativas* presentes na relação entre dirigentes e membros da associação, o que denota baixos índices de participação por parte dos membros. Ao descrever de modo comparativo a estrutura organizacional da associação (ASPA/SC) e sociedade (SSSJ/SC), a estudante ressalta que:

Na sociedade são grupos que são mantidos com uma contribuição de cada participante num caráter privado e a associação tem um caráter mais filantrópico. Elas são distintas, mas ao mesmo tempo são semelhantes. Então eu participava das reuniões, fazia parte da coordenação de alguns eventos e projetos dentro da sociedade, porque a associação está em um nível mais burocrático, de eleição, não tendo essa troca dinâmica de pessoas em determinadas funções como acontece na sociedade. A associação é algo mais fixo, que muda de acordo com o governo, numa ótica mais eleitoral. Na sociedade também tem diretoria, mas não funciona assim como é na

associação. [...] Na sociedade eu participo de eventos, reuniões. Nas reuniões gerais eu tenho voz também, mas quando eu estou dentro da minha função de intérprete numa reunião, eu não falo, só exerço minha função. (Formanda Raquel)

Fica evidente, a partir do relato da estudante Raquel, a maior abertura para a sua participação dentro da SSSJ/SC, esta que ainda caminha para um modo institucionalizado de participação, como é o caso da ASPA/SC. A influência conferida a associação, por sua vez, se reafirma no discurso da estudante quanto ao período eleitoral, em que há grande procura de vereadores em busca de apoio, e a devolutiva da associação com a construção de um posicionamento conforme suas exigências frente ao cenário político eleitoral, reafirmando elementos presentes na Participação social.

Todavia, Bobbio, Matteucci e Pasquino (2004) conferem às associações espaços não explícitos de Participação política em que há um desinteresse crescente pela participação. Ainda que Ammann (1980) as aponte como meio indireto para uma Participação social, percebe-se as associações como lugares dotados de uma organização não favorável ao envolvimento dos membros. Em contrapartida, a sociedade (SSSJ/SC), localizada na ordem das participações não institucionalizadas, apresentou-se como um espaço de maior recepção e estímulo à participação.

Quando direcionamos o olhar à Participação política, as recentes contribuições históricas ao tema e seu caráter não unívoco permitem sua mobilização em diversos espaços através do exercício da participação passiva ou ativa. À participação passiva compete a ideia de “fazer parte” (BORDENAVE, 1983) por meio da recepção de benefícios (PENTEADO, 1991) ou na condição de mero espectador (BOBBIO, MATTEUCCI E PASQUINO, 2004); à participação ativa compreende a ideia de “tomar parte” (BORDENAVE, 1983) no envolvimento, na divisão das responsabilidades coletivas e no cumprimento de papéis (PENTEADO, 1991).

A Ciência Política moderna atribui à Participação política duas tipologias: convencional e não convencional. Ribeiro e Borba (2011), caracterizam a participação do tipo convencional na forma do momento eleitoral; já as participações não convencionais se dão nas ações coletivas, não institucionalizadas. Analisando as informações das entrevistadas, a Participação política dentro da ótica convencional, se fez presente nos relatos de todas as estudantes por meio do voto, considerado por Bordenave (1983) como forma de participação imposta, nos dois momentos eleitorais que ocorreram no Brasil durante suas trajetórias na Universidade.

No modelo de democracia liberal vigente ou, como denomina Stolz et al. (2011), representação liberal clássica, a participação das massas se dá, sobretudo, mediante voto no

sistema eleitoral; este que, conforme Bobbio, Matteucci e Pasquino (2004), vem perdendo gradativamente o interesse do eleitorado. Dito isto, conjecturamos se a menção da participação pelo voto ou, mais claramente, o voto considerado como um meio de participação durante a trajetória das formandas, seria destacado pelas mesmas caso não houvesse uma pergunta direta colocada intencionalmente nas entrevistas, visto que tais participações não foram assinaladas antes deste questionamento intencional.

Ainda que a empiria tenha sinalizado o voto como uma forma de participação, apareceram variáveis dentro desta afirmação. As estudantes Lara e Raquel afirmaram considerar as eleições em nível municipal mais importantes, como é retratada na passagem em que Lara sinaliza que as eleições municipais “têm um pouco disso, de ser mais próximo, de conhecer os candidatos, então têm uma importância maior sim”, convergindo com a posição de Raquel e seu maior envolvimento com as questões em nível municipal, identificadas na passagem:

[...] todo o momento de eleição e de situações que a gente pode opinar, a gente tem que se posicionar. E por estar mais envolvida com a comunidade surda, eu avaliava mais as propostas dos candidatos já pendendo para esse meio, principalmente do município. Eu escolhi candidatos a vereadores e prefeito que tinham uma política de Educação Especial, principalmente voltada aos surdos, né. Essa questão da associação, da ampliação de vaga para professores da Educação Especial... Então mais a nível municipal. Na questão nacional era mais geral, saúde e tal. (Formanda Raquel)

As estudantes também trouxeram para a discussão o elemento da representatividade, dentro de uma ótica desanimadora. Conforme as formandas Thuane, Lara e Talita, ainda que importante, o voto não garante que, mesmo se o candidato eleito for aquele em que votaram, haja uma representatividade positiva nas esferas políticas. Thuane ressalta que “na política, às vezes, a gente não se reconhece no diálogo e no discurso de quem está nos representando”. O sentimento de desmotivação presente nestes relatos, também aparece na entrevista com a estudante Manoela, que diz não concordar com o modelo democrático atual, mas reconhece que, do modo como está colocado, o voto se torna necessário.

Duas outras abordagens ao questionamento, relatadas pelas estudantes Pamela e Ana, se fundamentam a partir de envolvimento que as mesmas tiveram em outros espaços convencionais e não convencionais de Participação política, respectivamente. A estudante Pamela afirmou ser o voto uma forma de participação, acrescentando outros momentos eleitorais presentes no seu percurso dentro da Universidade: as eleições para reitoria, coordenação do curso de Pedagogia e direção do Centro de Ciências da Educação (CED). Sua participação pode ser caracterizada como ativa, na ótica de Penteadó (1991), nestes outros

momentos eleitorais e, dentro das classificações de Bobbio, Matteucci e Pasquino (2004), por *ativação*, visto que a mesma se engajou na construção das campanhas eleitorais de candidatos à todas as eleições mencionadas. Ainda que obrigatório, Pamela ressalta o voto como “oportunidade que temos de mudar o cenário”, reforçando que “se tu não vai lá votar, talvez aquele um voto não tenha feito a diferença, mas várias pessoas pensando assim e não indo poderiam ter feito a diferença”. Seu relato, ao contrário dos demais, apresenta-se de modo esperançoso.

A confirmação do voto como forma de participação apontada pela estudante Ana, ancora-se na revolta expressada por ela perante os resultados das eleições à prefeitura de Florianópolis no ano de 2015, conforme a seguinte passagem da entrevista concedida:

Então, eu ainda não transferi meu título pra cá. Mas lembro que no primeiro turno pra presidente eu votei, fui até Jaraguá votar. Quando eu consigo, eu sempre vou. No segundo turno fomos para a cidade do meu namorado votar, aí eu não votei. Pra prefeito eu não lembro se votei lá, mas fiquei muito indignada que o Gean ganhou aqui em Florianópolis. [...] Nossa, eu queria muito ter votado naquela eleição pra prefeito aqui. Lembrei que estava em Jaraguá, querendo saber o que estava acontecendo aqui. (Formanda Ana)

A indignação de Ana tem sustentação na greve de professores estaduais também ocorrida no ano de 2015, anterior ao período das eleições para a prefeitura, em que exerceu uma participação ativa enquanto professora já licenciada em Matemática.

A greve, considerada uma Participação política não convencional, encontra-se dentro das atividades ligadas a ações coletivas que vêm ganhando ampliação, segundo pesquisas elencadas por Ribeiro e Borba (2011). O relato da estudante Ana quanto à sua forma de atuação na greve em que participou, vão desde passar a noite nos espaços de greve, participar das assembleias, até se deslocar a outras cidades, como ela relata na seguinte passagem: “fui à Lages numa reunião de dirigentes para colocar pressão, fui à Chapecó na assembleia final”.

Bobbio, Matteucci e Pasquino (2004, p. 889), ao sinalizarem a perspectiva de alguns autores quanto às novas formas de participação serem “uma revitalização da Participação política”, contra argumentam tratando-as como “formas esporádicas de participação que não levam quase nunca à criação de instrumentos organizativos, isto é, à institucionalização da Participação política”. O relato da estudante Ana converge, em certa medida, com o posicionamento dos autores, pois avalia este período como sendo de cansaço intenso aos mais envolvidos, além de ocasionar complicadores financeiros que perduram após o fim da greve. Quando questionada se participaria de um outro momento de greve, Ana recua.

A formanda Manoela, também pontua a greve ao acrescentar este momento em suas participações durante o percurso no curso de Pedagogia. A sua participação, não convencional,

ocorreu por meio da greve estudantil ocorrida no próprio CED no ano de 2014. Ainda que tenha se posicionado contra a deflagração da greve, Manoela conta que participou dos diversos espaços construídos naquele momento, conforme o trecho seguinte:

Eu votei contra aquela greve, e no fim o voto pela greve venceu. Mas eu participei da greve, porque eu nunca tinha vivido isso. Então eu vim aqui, participei da confecção dos cartazes, participei, não assiduamente, mas participei de algumas discussões. Fiz algumas passeatas aqui dentro com o pessoal. Então, quer dizer, eu me oportunistei a viver o que que é esse momento de luta da greve tão comum a profissão de professores, né. (Formanda Manoela)

Dentro da concepção estabelecida por Penteado (1991) acerca da participação ativa, Manoela exerceu esse modo de participação dentro do espaço de greve, tendo como objetivo principal a ampliação de sua formação como pedagoga.

As estudantes Pamela e Thuane apontaram, por fim, o Centro Acadêmico Livre de Pedagogia (CALPe/UFSC), espaço institucionalizado de Participação política dentro do curso de Pedagogia, nas suas entrevistas. Compreendendo ser este um espaço de “participação efetiva”, Pamela descreve a constante troca e formação de ideias que teve no CALPe, onde suas contribuições sempre foram consideradas na tomada de decisões. Ainda, situa este espaço como meio de recepção das informações “referentes a tudo que acontece no mundo da educação, pois através dele tu recebes todas as notícias que são veiculadas, até as que pouco são”. Em contrapartida, Thuane retrata sua participação de modo mais limitado, conferindo seu envolvimento somente nas áreas que lhe eram de interesse. Bobbio, Matteucci e Pasquino (2004, p. 888), elaboram a forma nomeada *participação*, como possível em espaços políticos muito restritos de contribuição direta para as decisões, cabendo tal concepção à participação exercida por Pamela; já à participação de Thuane, percebe-se um deslocamento entre a forma *presença* e a forma *ativação*, em que em certos momentos há uma participação mais à margem e em outros há cumprimento de funções.

Para além das participações identificadas nos relatos das formandas, questões referentes às trajetórias dessas estudantes foram tecidas a todo momento, conforme o envolvimento ou negação aos espaços relatados em seus discursos. Embora sejam apenas aspectos preliminares, se tornam muito evidentes, assim, a atenção à questão das trajetórias mereceu um olhar mais atento às nossas análises.

3.4 A TRAJETÓRIA E O *HABITUS*: REFLEXÃO SOBRE AS ESCOLHAS APONTADAS PELAS ESTUDANTES

Compreendendo a pesquisa como construção e, portanto, como processo em que, segundo Bachelard (1979), “o conhecer deve evoluir com o conhecido”, durante o percurso de análise proposto às entrevistas, as identificações das formas de participação foram se concebendo dentro de um quadro em que as retrospectivas levantadas por cada uma das formandas apontava para elos entre suas trajetórias e àqueles espaços considerados, anulados ou rejeitados. Portanto, as aproximações entre as estudantes não esteve, necessariamente, em seus espaços de participação, mas sim nas suas trajetórias que orientaram as escolhas desses espaços.

Bourdieu (1996), ao mobilizar o conceito de trajetória, elucida para a necessidade de se conhecer as disposições no campo e as posições ocupadas pelo agente e o grupo de agentes dentro dele. Segundo Catani et al. (2017, p. 355), uma análise da trajetória considera o campo *a priori* e, “associada sobretudo ao capital herdado”, passa a ser um dos elementos “do sistema explicativo das práticas”.

As disposições no campo concebidas pelo *habitus*, estão estreitamente ligadas à trajetória social. Segundo Bourdieu (1996), o *habitus*, compreendido como necessidade incorporada de um conjunto sistemático de práticas constituintes de um estilo de vida, é “a presença atuante de todo o passado do qual ele é produto” (*apud* CATANI et al., 2007, p. 355). Ele atua como organizador das práticas e da percepção das práticas na estrutura estruturante, e “é produto da incorporação da divisão em classes sociais” (BOURDIEU, 2007, p. 164) nas estruturas estruturadas, estas que organizam a percepção do mundo social.

As trajetórias, assim como o *habitus* aos quais elas se associam, estão “em constante adaptação aos estímulos do mundo moderno” (SETTON, 2002, p. 69), o que é, segundo Catani et al. (2017), reconhecido por Bourdieu através das trajetórias individuais ou singulares,

[...] que consistem “em respostas a um estado determinado de oportunidades objetivamente oferecidas pela história coletiva ao conjunto de uma geração” (LD, 337). As variáveis associadas à história de cada indivíduo podem revestir uma infinidade de diferenças singulares que levam em conta não apenas seu ponto de origem, mas igualmente à influência da linhagem a qual ele pertence. No entanto, o espaço dos possíveis próprio ao campo continua a limitar seu percurso e a explicar os meandros de cada história. Nesse sentido, a trajetória se refere sempre ao indivíduo socialmente construído, não ao indivíduo biográfico. (CATANI et al., 2017, p. 355)

A construção das entrevistas com as formandas do curso de Pedagogia se pautou em uma lógica de regressão às vivências anteriores ao presente vivido. A elaboração e organização das perguntas envolveu o retorno das estudantes a espaços de participação, concepções suas e de seus familiares antes de ingressarem na universidade. Das memórias desse passado, os

questionamentos adentram o período universitário das estudantes para, enfim, questioná-las quanto às projeções de carreira que tinham.

Lara, Talita e Raquel trouxeram em suas falas a prática religiosa familiar como parte de suas trajetórias sociais. Lara, com uma forte atuação em sua comunidade, foi catequista durante cinco anos, dois deles já estando na Universidade; Talita pontua que as razões pelas quais continuou a frequentar à igreja ao se mudar para Florianópolis se devem ao fato de “esse negócio de religiosidade ser muito forte, de todo o domingo ir na missa, no culto” em sua cidade natal. O envolvimento de Raquel na comunidade surda, explorado dentro da Participação social neste trabalho, é correlacionado ao primeiro contato que teve com uma criança surda na igreja, este espaço que é frequentado por ela desde a infância até os dias atuais.

Bourdieu, segundo Catani et al. (2017, p. 355), caracteriza a trajetória modal como sendo “a mais provável de um agente dentro de seu grupo de origem”, onde há uma maior restrição do *habitus* aos programas morais, escolares, etc. A religiosidade enquanto prática explícita do campo familiar e que se perpetua nas trajetórias individuais das estudantes Lara, Talita e Raquel, tem relação, sobretudo, com o capital cultural¹¹ de seus grupos de origem, que se perpetuam na trajetória modal de cada uma delas.

A trajetória social da estudante Pamela, antiga aluna do Colégio de Aplicação da UFSC, aponta para estratégias da mesma perante ao ingresso no curso de Pedagogia, e que vinham sendo tecidas desde a sua escolarização. Segundo ela:

Eu já almejava uma carreira acadêmica antes de entrar na graduação. Para conseguir isso, eu sabia desde antes da graduação, né. Sabia que o caminho que eu tinha que percorrer dentro da Universidade era entrando na Iniciação Científica, pegando bolsas, se comunicando com professores, em grupos de estudos. Tudo isso foi me indicado antes da graduação, então na segunda fase, na primeira oportunidade que apareceu, eu peguei! Depois eu fui costurando até achar o grupo que eu me identificava mais, o que eu estava defendendo. Aí me envolvi no processo da direção do CED. É um processo. (Formanda Pamela)

O capital cultural adquirido durante o período de escolarização dentro da UFSC, resultam em uma trajetória individual passível de desvelar as regras do jogo dentro do campo universitário, ainda que Pamela não disponha em seu grupo de origem o capital cultural para tal, visto que é a primeira de sua geração familiar a entrar no espaço universitário.

¹¹ Conceito de Bourdieu, o capital cultural, segundo Dentz (2016, p. 61), foi elaborado “para estudar as diferentes desigualdades entre alunos no que se refere à aprendizagem das diversas classes sociais. Isso implicou romper com as ideias que consideram tanto ‘o sucesso ou fracasso escolar’ como efeito direto das ‘aptidões’ naturais, além de permitir romper com as teorias que fazem menção ao capital humano”. O conceito desdobra-se em três modos: o incorporado, o objetivado e o institucionalizado.

As projeções de carreira realizadas pelas estudantes apontaram para a continuação dos estudos na universidade, a inserção na escola e, no caso de Raquel, o estreitamento de relações com a comunidade surda. A estudante Pamela foi a única a apontar os sindicatos como futuros espaços de participação.

As trajetórias, que se constroem ao passo em que nos movemos, também nos constrói, atuando em nossas escolhas, ainda que de forma subjetiva em muitos momentos. Retratamos aqui àqueles mais passíveis de uma breve análise, ainda que tantos outros tenham sido percebidos no decorrer da pesquisa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando se propõe a analisar, os resultados que se obtêm daquilo que se pesquisa não necessariamente significa o fim das possibilidades do que foi inicialmente proposto. Os objetivos delineados na construção do objeto de pesquisa deste trabalho foram sendo atingidos no decorrer do mesmo e podemos agora tecer nossas considerações finais sobre cada um deles.

A vasta bibliografia em variados campos nos quais podemos encontrar a participação mobilizada, apresentou um cenário desafiador para a sua conceituação. Pensar a participação nos exigiu uma leitura atenta às diferenciações empregadas no uso deste tema, o que nos levou às conceituações de Participação política e Participação social. Quanto aos conceitos, ainda que tenhamos levantado apenas alguns elementos de suas construções, evidenciou-se a inserção nas sociedades modernas e os diferentes contextos sociais como fundamentais para diversos modos de introdução dessas participações.

Das sete formandas entrevistadas, apenas em uma foi identificada a Participação social nos espaços relatados. A quase ausência da Participação social nas trajetórias das formandas tem resposta. Bordenave (1983) enuncia que não há como falar de participação sem atrelá-la à noção de conflito. As sociedades modernas se organizam dentro da lógica de oposição entre os sistemas de solidariedade e os sistemas de interesse, e o Estado é aliado aos sistemas de interesse, que reciclam a desigualdade mediante uma relação com objetivos puramente econômicos, fragilizando os sistemas de solidariedade que são baseados em relações orgânicas de igualdade.

Ora, se o Estado alimenta a “renovação das desigualdades” (BORDENAVE, 1983, p. 42) por meio dos sistemas de interesse, a autonomia, que, segundo Ammann (1980), é grande facilitadora da Participação social, torna-se dificultosa frente à dependência aos dominantes dentro de uma sociedade desigual. Segundo Sato (2018, p. 165), o “Brasil é um dos países mais desiguais do mundo”, portanto, deter da produção, gestão e usufruto de bens para a realização de uma Participação social, pressupõe uma autonomia pouco possível neste cenário.

Diante deste contexto, a Participação política, sobretudo, pelo voto, foi pontuada por todas as sete formandas entrevistadas. Dentro de uma organização social em que é estabelecida a democracia liberal representativa, o voto torna-se o modo mais possível de participação para a ampla maioria dos indivíduos.

Stolz et al. (2011), enfatizam que a representação liberal clássica, de tipo eleitoral, é criticada dentro dos problemas já nomeadamente típicos dessa forma de democracia. A insatisfação presente nos relatos das estudantes quanto ao voto segue com o argumento de que

ele ainda assim é importante, o que nos faz pensar na pouca acessibilidade que o sistema de representações estabelecido permite aos indivíduos e, ainda, na limitação que esse mesmo sistema causa no engendramento de outras formas de participação.

Contudo, Stolz et al. (2011) assinalam que dentro dos mecanismos não convencionais de Participação política, os problemas de ordem típica da representação vigente, comumente não se fazem presentes. Em duas entrevistas da empiria coletada, a menção a movimentos grevistas ocorreu, mas as formas não convencionais podem ser exploradas em outros meios da ordem democrática atual.

Alguns estudos vêm sendo elaborados quanto às novas formas de Participação política não convencionais, estas que, sobretudo, objetivam uma maior participação e contemplação representativa de grupos em decisões. Stolz et al. (2011) abordam a teoria do cubo democrático de Fung e os três problemas da representação política – injustiça, legitimidade e ineficiência – elencados por ele, utilizando o cubo como instrumento de análise para algumas novas formas não convencionais de participação, dentre elas o Orçamento Participativo de Porto Alegre, por exemplo.

Pensar em formas mais atraentes de Participação política dentro da democracia estabelecida nos parece ser impreterível. O desenvolvimento gradativo de participações não convencionais na contemporaneidade é um ponto de suma importância para maiores investimentos de análises.

Ao definir entrevistas com estudantes de uma mesma turma, dentro de um mesmo curso, localizado em uma mesma Universidade, as expectativas quanto aos espaços de participação dessas estudantes projetavam convergências, ao menos no que concerne aos lugares próprios do espaço universitário. As trajetórias desveladas por cada formanda entrevistada apresentam uma realidade diferente da expectativa projetada, comprovando que não existem trajetórias homogêneas e revelando diferentes faces das desigualdades sociais.

Pouco mobilizada no presente estudo, cabe ressaltar, por fim, o quanto as análises de trajetórias podem contribuir para a investigação dos fatos sociais a partir da Sociologia da Educação, sendo esta uma potencialidade metodológica de pesquisa. Desnudar as desigualdades sociais e, portanto, as desigualdades de trajetórias, muitas vezes naturalizadas, pode possibilitar caminhos para uma realidade social mais justa.

REFERÊNCIAS

A UFSC. **Estrutura**. Disponível em: <<http://estrutura.ufsc.br/>>. Acesso em: 24 jun. 2018.

AKOUN, André; ANSART, Pierre. **Dictionnaire de sociologie**. Collection dictionnaires Le Robert/Seuil, 1999.

AMMANN, Safira Bezerra. **Participação Social**. São Paulo: Cortez & Moraes, 2ª ed, 1980.

BACHELARD, Gaston. **O novo espírito científico**. Trad. de Remberto Francisco Kuhnen. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Martins fontes, 2011.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1986.

BORDENAVE, Juan E. Díaz. **O que é participação**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1ª ed, 1983.

BOURDIEU, Pierre. **Questões da Sociologia**. Trad. de Jeni Vaitsman. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

_____. **A profissão do sociólogo**: preliminares epistemológicas. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

_____. **As Regras da Arte**. São Paulo: Cia das Letras, 1996.

_____. **A distinção**: crítica social do julgamento. São Paulo: EDUSP; Porto Alegre: Zouk, 2007.

_____. **Homo academicus**. Trad. de Ione Ribeiro Valle e Nilton Valle. Florianópolis: Editora da UFSC, 2011.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **La Reproduction**. Éléments pour une théorie du système d'enseignement. Paris: Minit, 1970.

CATANI, Afrânio Mendes; NOGUEIRA, Maria Alice; HEY, Ana Paula; MEDEIROS, Cristina Carta Cardoso de. (Organização). **O Vocabulário Bourdieu**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

CHERQUES, Hermano Roberto Thiry-. Pierre Bourdieu: a teoria na prática. **RAP. Revista Brasileira de Administração Pública**, v. 40, [s.p], 2006.

DALLARI, Dalmo de. **O que é participação política**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1ª ed, 1984.

DANTAS, Jéferson Silveira. **Construir espaços coletivos de esperança em tempos de discurso de ódio**. Florianópolis: Editora Insular, 2016.

DENTZ, Schirlei Russi von. **Vozes das mulheres negras cotistas da Universidade Federal de Santa Catarina (2010-2014)**. 2016. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa**. Curitiba: Editora Positivo – Didáticos, 3ª ed, 2004.

GEORGES, Rafael. A distância que nos une: um retrato das desigualdades brasileiras. **Relatório da OXFAM Brasil**. Coordenado por Katia Maia. Editoração Brief Comunicação. Setembro, 2017.

GUGLIANO, Alfredo Alejandro. Comentários sobre a articulação entre democracia e participação no plano da teoria social. In: GONZALEZ, Rodrigo Stumpf. (Org.). **Perspectivas sobre participação e democracia no Brasil**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2007.

MACPHERSON, Crawford Brough. **A democracia liberal: Origens e Evolução**. Trad. de Oxford University Press. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1977.

MARGOTTO, Gleidson Roberto. **Resenha da obra 'A Reprodução' de Pierre Bourdieu e Jean-Claude Passeron**. Kiri-Kerê, v. 1, [s.p.], 2017.

MARTINS, Francini Scheid. **Afiliação institucional e intelectual de estudantes cotistas de cursos de alta demanda e seletividade social da Universidade Federal de Santa Catarina**. 2017. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Minas Gerais.

MICELI, Mariana Sant'Ana. **As cartas são jogadas muito cedo: Trajetórias universitárias de jovens provenientes das classes populares na Universidade Federal de Santa Catarina**. 2016. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 29. ed. Petrópolis (RJ): Vozes, 2010.

PENTEADO, Silvia Ângela Teixeira. **Participação na Universidade: retrato em preto e branco**. São Paulo: Pioneira, 1991.

QUEIROZ, Iala Serra; SANTOS, Luciane Cristina Ribeiro do. Desenvolvimento local a partir da participação comunitária. **Revista Brasileira de Planejamento e Desenvolvimento**, v. 6, p. 84-96, 2017.

RIBEIRO, Ednaldo Aparecido; BORBA, Julian. Os determinantes da participação no orçamento participativo: um estudo comparativo entre Porto Alegre e Montevideú. In: SCHERER-WARREN, Ilse; LÜCHMANN, Lígia Helena Hahn (Org.). **Movimentos Sociais e participação: abordagens e experiências no Brasil e na América Latina**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2011.

SATO, Silvana Rodrigues de Souza. **Movimento de democratização do acesso: análise do perfil dos inscritos e classificados à Universidade Federal de Santa Catarina em**

perspectiva longitudinal (2001-2015). 2018. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

SETTON, Maria da Graça Jacintho. A teoria do habitus em Pierre Bourdieu: uma leitura contemporânea. São Paulo: **Revista Brasileira de Educação** (Impresso), n. 20 maio/ago, p. 60-70, 2002.

SILVA, Benedicto. **Dicionário de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro: FGV, 1986. XIX, 1421p.

STOLZ, Sheila; FRANCKINI, Tiago M.; KYRILLOS, Gabriela de Moraes. Participação e representações alternativas nas democracias contemporâneas: dois fenômenos, uma abordagem. In: SCHERER-WARREN, Ilse; LÜCHMANN, Lígia Helena Hahn (Org.). **Movimentos Sociais e participação: abordagens e experiências no Brasil e na América Latina**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2011.

VALLE, Ione Ribeiro. A obra do sociólogo Pierre Bourdieu: Uma irradiação incontestável. **Educação e Pesquisa** (USP. Impresso), v. 33, p. 117-134, 2007.

_____. A persistência do projeto arquitetônico piramidal da escola e da universidade brasileiras. In: SETTON, Maria da Graça Jacintho. (Org.). **Mérito, desigualdades e diferenças: cenários da (in)justiça escolar Brasil e Portugal**. 1 ed. São Paulo: Annablume, v. 1, p. 13-34, 2017.

_____. Pierre Bourdieu: A pesquisa e o pesquisador. In: BIANCHETTI, Lucídio; MEKSENS, Paulo. (Org.). **A trama do conhecimento: Teoria, método e escrita em ciência e pesquisa**. Campinas: Papirus, p. 95-117, 2008.

VASCONCELLOS, Heraldo; COSTA, Esdras Borges. Participação comunitária. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 28, n. 2, p. 63-66, 1988.

ZAGO, Nadir; CARVALHO, Marília Pinto de; TEIXEIRA, Rita Amélia. **Itinerários de pesquisa: perspectivas qualitativas em Sociologia da Educação**. São Paulo: DP&A, 2003.

APÊNDICE - ROTEIRO DAS ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADAS

Descrição da entrevistada

Nome:

Idade:

Idade com que ingressou no curso de Licenciatura em Pedagogia:

Idade com que vai se formar:

Completará o curso em quantos anos:

Já obteve alguma formação ou iniciou alguma formação que não foi concluída anteriormente ao ingresso no curso de Licenciatura em Pedagogia:

PRECEDENTES AO INGRESSO

1. Quando entrou no curso, já tinha conhecimento da UFSC antes?
2. Foi a primeira vez que você teve contato com a Universidade?
3. Qual foi a motivação que o fez entrar no curso?
4. Como sua família reagiu ao seu ingresso no curso de Pedagogia dentro da UFSC?

RETROSPECTIVA DOS ESPAÇOS DE PARTICIPAÇÃO

1. Antes de ingressar no curso, você participava de espaços, grupos, encontros, reuniões contínuas em outros lugares que não a Universidade?
2. Ao entrar na Universidade e durante a sua formação, foram dadas a você informações dos espaços possíveis de participação?
3. Você fez parte de algum espaço dentro da Universidade? Lembra de qual período da graduação e por quanto tempo que você fez parte desse(s) espaço(s)?
4. Nesse(s) espaço(s) em que você participou, como atuava dentro dele? Recebia informações das decisões, opinava nas decisões, elaborava propostas e medidas para o grupo?
5. E durante o percurso da formação no curso de Licenciatura em Pedagogia, houve espaços fora da Universidade que você começou a se envolver ou deixou de se envolver?
6. Você acredita que o voto é uma forma de participação? Durante a formação no curso tiveram eleições, você participou dos momentos de votação? Considera esse um momento importante ou não?
7. Caso haja a negativa de participação dentro ou fora da Universidade: Por qual(is) motivo(s) você acredita que não participou de espaços dentro ou fora da Universidade durante a sua formação?

REFLEXÕES E PROJEÇÕES

1. Depois dessa retrospectiva, o que você pensa ser a participação?
2. Após a conclusão da graduação, você pensa em participar de algum espaço durante a sua atuação profissional?